

SISTEMA FAEP



**Mala Direta
Postal**

9912271704-DR/PR

SENAR

CORREIOS

BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVIII nº 1262 - 09/06/2014 a 15/06/2014

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

DECRETO DE DILMA

A DEMOCRACIA AMEAÇADA

SEMENTES

O refúgio
necessário

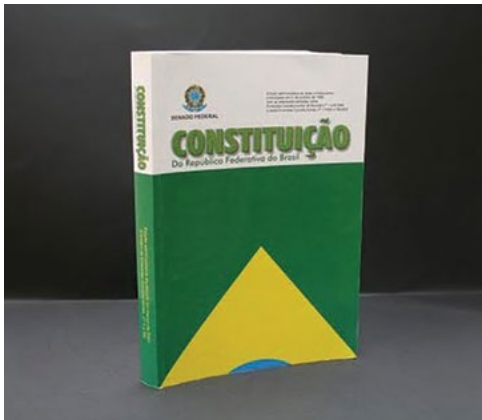
VIAGEM TÉCNICA

Produtores nos
Estados Unidos

POLÊMICA

A exploração
do gás de xisto

Aos Leitores



Presidente na década de 40, o marechal Eurico Gaspar Dutra ganhou fama, por se submeter aos desejos de Dona Santinha, sua devota mulher, e por responder aos pedidos políticos com a expressão: “está no livrinho?” O livrinho era a Constituição.

O “livrinho” atual foi promulgado em outubro de 1988, é resultado de uma Assembleia Nacional Constituinte e no seu artigo 5º estabelece que todos os brasileiros são iguais perante a lei. Não é aparentemente o que pensa a presidente Dilma Rousseff. No último dia 26 de maio, ela assinou o decreto 8.243, criando a Política Nacional de Participação Social (PNPS) na mais ousada tentativa de governos do PT em detonar a democracia neste país.

Sem cerimônias, o texto desse decreto fornece prerrogativas aos movimentos sociais, adeptos ou simpáticos ao P, para submeterem os atos de toda Administração Pública. O disfarce para isso é “consolidar a participação social como método de governo”.

Dilma repete o que o ex-presidente Lula, no final de seu governo (2010), tentou fazer através do famigerado e criticado por toda a sociedade IIPNDH (Plano Nacional de Direitos Humanos).

Se olharmos ao redor veremos que nos últimos anos as atitudes de Brasília se assemelham às adotadas pelos chamados países bolivarianos, liderados pela falida Venezuela, onde vigoram democracias de fachadas. Não é isso seguramente o que os brasileiros desejam. Nesta edição a FAEP mostra seu repúdio a essa postura e vai continuar atuando na defesa do que prescreve o “livrinho”.

Índice

Bolivarismo	03
Batatas	08
Sementes	10
Viagem Técnica	12
Gás de Xisto	16
Copa do Mundo	20
Meio Ambiente	22
Enquadramento Sindical	23
Notas	24
Consecana	26
Clima	27
Eventos Sindicais	28
Via Rápida	30

Fotos: Fernando Santos, Hemely Cardoso, Lucas Hongo Oliveira, AEN, Divulgação e Arquivo FAEP.

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon
Editor: Hélio Teixeira | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Um novo decreto alopchado

Decreto de Dilma quer transformar o Brasil numa república bolivariana



O Diário Oficial da União do último dia 26 de maio estampou em suas páginas a mais nova estapafúrdia tentativa dos governos do PT de mudar o regime democrático por decreto. Assim como fez o ex-presidente Lula, no caso de seu governo, em 2010, assinando um decreto com o nefasto III Programa Nacional de Direitos Humanos (III PNDH), sua pupila e sucessora Dilma Rousseff foi bem mais além. Ela assinou o Decreto nº 8.243 criando a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social. Acoitados em artigos e parágrafos, o texto tenta, por decreto, mudar a ordem constitucional.

O decreto cria um sistema para que a “sociedade civil” participe diretamente em “todos os órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta através de conselhos, comissões, conferências, ouvidorias, mesas de diálogo”. Tudo isso tem, segundo o decreto, o objetivo de “consolidar a participação social como método de governo”. A participação social numa democracia representativa se dá através dos seus representantes no Congresso, legitimamente eleitos. Mas o decreto de Dilma dispensa o Poder Legislativo.

A “sociedade civil”, citada 24 vezes no texto do decreto de Dilma e do seu partido, está explícito no artigo 2º, I, quando a define como “cidadãos, coletivos, movimentos institucionalizados ou não institucionalizados, suas redes e suas organizações”. Ou seja, MST, MTST, MPL, CUT, UNE e similares ou não, controlados e financiados pelo PT e pelo governo federal. Os objetivos ficam mais claros quando estipula que todos os órgãos e entidades da administração pública federal direta ou indireta, devem formular seus programas em atenção ao que os tais “mecanismos de participação social”. Em português claro, se os movimentos sociais controlados e manipulados pelo secretário geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, pelo PT e seus sócios não aprovarem, nada prosseguirá. A administração pública é engessada. Os cidadãos que trabalham, pagam contas e impostos que se danem.

Assim, na “sociedade civil” petista, o MST deverá obrigatoriamente ser ouvido na política agrária; o MTST (os sem teto) na política habitacional e assim por diante. Era assim que acontecia em 1917, com a criação dos “soviets” da Revolução Bolchevique na Rússia.

O decreto nº 8.243 de Dilma Rousseff é considerado por um especialista como uma das maiores barbaridades jurídicas já cometidas. No entanto o que ele representa é a mais ousada execução do “socialismo democrático” defendido pelo radicalismo do PT para transformar o Brasil numa Venezuela, Bolívia, Equador ou na mais clara ditadura, como Cuba. Ele busca deslegitimar as instituições em especial o Legislativo e enxovalha a Constituição.

A Federação da Agricultura do Paraná (FAEP) repudia de forma veemente – como o fez em janeiro de 2010 com o malfadado III PNDH – esse decreto lamentável da presidente da República. Apoiar e não medir esforços nesse sentido para enterrá-lo pelo Poder Legislativo e pelo Poder Judiciário, porque os brasileiros não merecem viver numa república bolivariana.

A reação da oposição

Em resposta ao decreto bolivariano da presidente Dilma, 10 partidos (DEM, PPS, PSDB, Solidariedade, PR, PRB, PV, PSD, PSB e Pros) apresentaram na última semana – em regime de urgência - um projeto de Decreto Legislativo com objetivo de sustar essa iniciativa.

Dentre as justificativas da proposta está a de que o decreto da presidente, pretende “implodir o regime de democracia representativa, na medida em que tende a transformar esta Casa (legislativo) em um autêntico elefante branco, mediante a transferência do debate institucional para segmentos eventualmente cooptados pelo próprio governo”, traz em si diversas irregularidades que comprometem o regime democrático. Diz o texto: “Nesta primeira etapa, resta patente a prevalência do direito à participação daqueles considerados pelo governo como sociedade civil ou movimentos sociais, com incentivo à sua formação. O cidadão comum, não afeto a este ativismo social, fica relegado ao segundo plano dentro da organização política prevista no referido Decreto”.

Ocorre que o presidente da Câmara, o deputado Henrique Alves (PMDB), recusou-se a pautar o projeto para apreciação em plenário. Não é do seu interesse contrariar os planos do Executivo a poucos meses das eleições, quando ele dependerá do apoio do

partido para disputar o governo do seu Estado, o Rio Grande do Norte.

As 10 legendas que apresentaram o projeto para barrar o decreto bolivariano de Dilma somam na Câmara Federal 238 votos, número insuficiente para derrubar as pretensões ditatoriais do Palácio do Planalto. Faltariam 19 votos para atingir os 257 necessários para enterrar a medida. Desta forma, é importante que o PMDB, partido que pertence à base aliada, se engaje nesta votação para garantir um futuro justo e democrático no Brasil. De outro modo estaremos condenados a repetir a triste senda da Venezuela.

“L’Etat c’est moi” (O Estado sou eu)

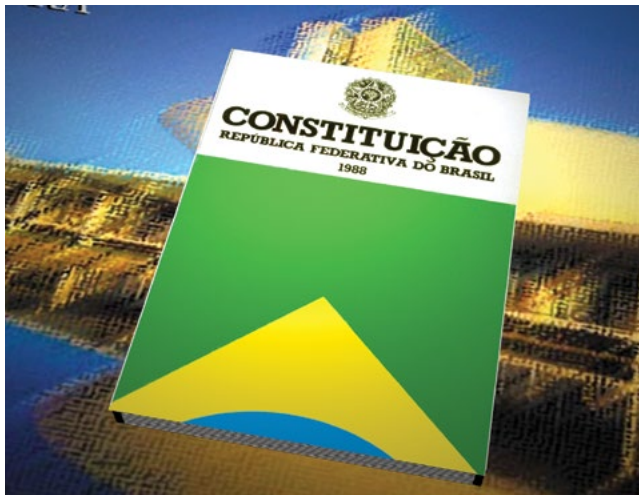
Uma das justificativas apresentadas no decreto legislativo para sustar o decreto de Dilma:

“Ao dar prerrogativas aos movimentos sociais adeptos da ideologia do grupo político no poder nos últimos doze anos e fomentar a sua ampliação; ao submeter os órgãos da Administração Pública – incluindo as agências reguladoras – às decisões tomadas no âmbito do Programa; e ao promover o controle dos movimentos sociais, a Presidente da República, na verdade, está criando seu próprio Estado, suas próprias regras, suas classes de cidadãos, incorporando, assim, a figura de Luis XIV, quando disse: L’Etat c’est moi.”



É bom sempre lembrar

Está na Constituição:



Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
- II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
- III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
- IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I - plebiscito;
- II - referendo;
- III - iniciativa popular.

Um decreto aloprado

Em janeiro de 2011, a FAEP emitiu a seguinte Nota Oficial sobre a primeira grande tentativa do governo petista de implantar o “socialismo democrático.”

Com pompa e circunstância, no dia 21 de dezembro de 2010, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Paulo Vanuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, lançaram o decreto

com o “Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH). Segundo o governo, o Plano se destinaria à elaboração de políticas públicas e abordaria os direitos humanos com ênfase na educação, cultura, segurança pública, direito à memória e à verdade e meio ambiente, entre outros temas.

Sob esse espaçoso conjunto, em quase 100 páginas, elaborou-se o mais completo rebotalho de intenções autoritárias da história recente do país. Um decreto aloprado, que busca reabrir a anistia concedida em 1979, censura à imprensa, prevê o casamento gay, o aborto, regulamenta a profissão de prostituta incorpora sindicatos e centrais sindicais nos processos de licenciamento ambiental e muda as regras de reintegração de posse em invasões agrárias.

A Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) declara seu inconformismo com o absurdo conteúdo do decreto, que o Presidente da República disse não ter lido. Se não leu, talvez a sua Casa Civil, responsável pelo andamento e agendamento dos decretos presidenciais o tenha lido, ou alguns dos 31 ministros que também subscreveram o decreto.

Embora o decreto aloprado exija 27 leis, mostra, porém, as intenções de um grupo acantonado no governo disposto a tirar das catacumbas ideológicas teses que a sociedade brasileira sempre rejeitou.

NOTA OFICIAL DA FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

Um decreto aloprado

ACIAR
MIGUELLE
O presidente do
Estado FAEP

Com pompa e circunstância, no dia 21 de dezembro passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Paulo Vanuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, lançaram o decreto com o “Programa Nacional dos Direitos Humanos - PNDH”. Segundo o governo, o Plano se destinaria à elaboração de políticas públicas e abordaria os direitos humanos com ênfase na educação, cultura, segurança pública, direito à memória e à verdade e ao meio ambiente, entre outros temas.

Sob esse espaçoso conjunto, em quase 100 páginas, elaborou-se o mais completo rebotalho de intenções autoritárias da história recente do país. Um decreto aloprado, que busca reabrir a anistia concedida em 1979, censura à imprensa, prevê o casamento gay, o aborto, regulamenta a profissão de prostituta incorpora sindicatos e centrais sindicais nos processos de licenciamento ambiental e muda as regras de reintegração de posse em invasões agrárias.

A Igreja, a imprensa, a CNJ e outros setores da sociedade rejeitaram o decreto.

No caso das invasões, o decreto aloprado prevê a instalação de “audiências públicas” com a participação dos invasores antes do pronunciamento da Justiça. Invasão é crime e é assim que deve ser tratada.

A Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP declara seu inconformismo com o absurdo conteúdo do decreto, que o Presidente da República disse não ter lido. Se não leu, talvez a sua Casa Civil, responsável pelo andamento e agendamento dos decretos presidenciais o tenha lido, ou alguns dos 31 ministros que também subscreveram o decreto.

A FAEP apoia as denúncias do ministro Fernando Rodrigues sobre a tentativa de reabrir a anistia com “amnistia” e “benefício”. Isso não ocorre. Pequenos, médios e grandes agricultores, como donos e produtores, participam da agricultura comercial em todo o agronegócio. Também rejeita a posição do ministro sobre a integração jurídica que está de acordo com o decreto.

De mesma linha, há quem se dedique a fazer a vontade de Maria Lemos, presidente da CNJ, que afirmou:

“Vou não participar do governo que tem facilidade bastante judicial, ideológica, de superação externa. Não é uma plataforma socialista de governo, uma tentativa explícita de subversão de todos os valores de honestidade e abstrato”.

Bombardeio o decreto aloprado com 27 leis, mas não, porém, as intenções de um grupo acantonado no governo disposto a tirar das catacumbas ideológicas teses que a sociedade brasileira sempre rejeitou.

“No caso das invasões, o decreto aloprado prevê a instalação de “audiências públicas” com a participação dos invasores antes do pronunciamento da Justiça. Invasão é crime e é assim que deve ser tratada.”

3 | Secretaria Especial dos Direitos Humanos | 2010 | semana 09 a 15 de junho de 2011

Foro de São Paulo

Medidas como o IIPNDH de Lula, este recente decreto de Dilma e outras acoitadas sob o manto do “socialismo democrático” seguem a doutrina fixada pelo Foro de São Paulo.

Criado em 1990, durante visita do ditador cubano Fidel Castro ao Brasil, o Foro de São Paulo reúne partidos e movimentos sociais de esquerda da América Latina e do Caribe, o que inclui também organizações criminosas, como as Farc colombianas, ligadas ao narcotráfico, e o MIR chileno, ligado à indústria de sequestros.

A organização tem como objetivo principal a articulação política, com troca de benefícios mútuos entre os governantes de esquerda, para garantir sua hegemonia no continente. Quando foi feita a primeira reunião do Foro de São Paulo, apenas Cuba era governada por um regime de esquerda. Hoje mais de 10 países estão nas mãos de partidos integrantes, como demonstra o mapa abaixo.

“Desenvolvimentismo conservador”

Nas diretrizes aprovadas em maio para tentar a reeleição da presidente Dilma Rousseff, o PT promete “Um Novo Ciclo de Mudanças e Conquistas”, discursando contra “a herança maldita proveniente da ditadura militar, do desenvolvimentismo conservador, da devastação neoliberal, da ditadura do capital financeiro e

monopolista sobre a economia, da lógica do Estado mínimo”.

Além das Comissões da Verdade, que atingem em cheio os militares e desencava cadáveres com os de João Goulart e Juscelino Kubitschek, o novo alvo é a revisão da Lei da Anistia, de 1979.

No combate ao “desenvolvimentismo conservador” do PT, nos governos Lula e Dilma, o que se mostrou extremamente desenvolvimentista, foi o BNDES puxando financiamentos e onerando o Tesouro Nacional. O capital financeiro e monopolista virou programa de governo no período petista, com a política dos “campeões nacionais”, onde muito dinheiro público foi jogado em um único agente econômico para transformá-lo em uma potência. Mas temerário, como exemplifica o “case” Eike Batista. O grupo de interesse específico mais agraciado pelo PT ainda é o grande empresariado com conexões governamentais, vide empreiteiras, via PAC`s.

Na economia os números pioram a cada dia, a indústria está paralisada e as estimativas de crescimento do Produto Interno Bruto é de um pibinho em torno de 1%. Os finais de ano no governo Dilma tem sido marcados pelo exercício da chamada “contabilidade criativa” – a maquiagem de números para dar ares cor de rosa e esconder a realidade. Entre elas, “exportar” plataformas da Petrobras que continuam onde estão, mas representam alguns milhões de dólares da contabilidade criativa.

Mesmo assim, o programa do PT para sua candidata declara que continuará apostando no modelo de crescimento econômico pelo consumo, totalmente esgotado, e pelo assistencialismo desmedido sem contrapartidas, que estimula a falta de engajamento e produtividade do cidadão desempregado.



Política e comunicação

Na falta de uma Constituinte exclusiva para uma reforma política, como defende o ex - presidente Lula, surge a “Democracia Participativa”, com o decreto de Dilma (8.243) esvaziando o poder legislativo legitimamente eleito em favor de conselhos geridos por movimentos sociais.

No tópico “Democracia na Comunicação”, sob o argumento de democratizar a informação, o PT defende o controle da mídia nacional impondo a censura econômica, jurídica e política e alguns de seus líderes já deixaram escapar para registros na Internet que essa é uma das metas com a reeleição de Dilma. Segue a linha dos países bolivarianos de censura à imprensa, o que significa o fim da democracia.

Na “Segurança Pública” manifesta seu desejo pela desmilitarização da polícia, fórmula perfeita para indisciplina, quebra de hierarquia, fim do papel de forças auxiliares, das Forças Armadas e, óbvio, greves policiais. Anarquia.

No item “Saúde”, os 14 mil médicos cubanos tendem a se procriar, ficando com 30% de seus salários e os 70% pagos pelo governo federal e embolsados pelo governo cubano.

Política externa

No item “soberania” os governos Lula e Dilma fazem a defesa do Mercosul, que impede o Brasil de negociar tratados isolados de livre-comércio com outras regiões e nos deixa politicamente dependentes de países como Argentina e Venezuela. Financiam projetos nos países bolivarianos e africanos (perdoando inclusive dívidas) e enquanto os portos brasileiros clamam por investimentos, Mariel, em Cuba, tem até fundos perdidos (que não precisam ser pagos) em contratos secretos que a oposição discute no STF. Enquanto isso, países do Pacífico fazem acordos com o Estados Unidos, Rússia e China se entendem nos negócios e os americanos buscam formar uma grande aliança econômica com a União Europeia. E o Brasil?



Um profissional da batata

René Martins Bandeira Filho considera-se um “batateiro”. E que batateiro.



As batatas se transformaram em importante produto na indústria da alimentação e é um dos principais em importância econômica no país. Por aqui, se produz em média 3,5 milhões de toneladas do tubérculo por ano e, do plantio até a mesa, o setor movimentou R\$ 3,9 bilhões até novembro do ano passado, segundo dados do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE). A área de cultivo encolheu nos últimos anos, entretanto, houve um aumento na produtividade graças ao crescimento da tecnologia. É o que ocorre em regiões produtoras, em Guarapuava, por exemplo, onde há 20 anos a atividade envolvia três centenas de produtores e hoje a produção está concentrada em apenas 30 bataticultores. Entre eles, o engenheiro-agrônomo René Martins Bandeira Filho.

Numa tarde ensolarada, a 20 km de Palmeirinha (distrito de Guarapuava) na região Centro-Sul do Paraná, com um iPhone na mão René acompanha a reta final da colheita de batata numa de suas áreas arrendadas. O tamanho total da sua produção ele prefere não revelar, contudo, às margens da BR-466, que liga Palmeirinha a Guarapuava, mantém grandes instalações complementares ao plantio de batata numa área de 12 hectares.

A sua ligação com o cultivo do tubérculo é antiga. Há 27 anos René trabalha com a cultura e o plantio de grãos (soja, milho e trigo) e desde então não parou de investir em maquinários. No início deste ano, instalou um lavatório para batatas, antes disso o serviço era terceirizado. Simpático e bem-humorado, o engenheiro-agrônomo diz que não se incomoda ao ser chamado de batateiro, pelo contrário. “Todo mundo que mexe com batata é batateiro. Não importa se é o dono ou o funcionário”, brinca.

A produção de René se concentra em batata de mesa (Ágata) e batata destinada à indústria (Atlantic e FL 2027). A primeira variedade é ideal para ser cozida, já as outras são destinadas à fritura porque são mais duras. Segundo ele, não é nada fácil cultivar batatas. “É uma cultura difícil de trabalhar porque é muito suscetível ao ataque de pragas”.

René observa que a maioria das doenças na cultura é provocada por fungos e pragas, como vaquinhas, mosca branca, pulgão, coró, bicho mineiro, traça e larva-aramé. E justamente por causa da alta incidência de bactérias no cultivo, a área onde a batata foi plantada deve sofrer um repouso de no mínimo cinco anos. Por

isso é bem comum os produtores arrendarem áreas para o cultivo do tubérculo.

Apesar de ser uma cultura delicada, na comparação com a soja, por exemplo, apresenta uma produtividade 10 vezes superior. Num hectare da variedade Ágata é possível produzir 800 sacas de batata, uma média de 40 toneladas. Já a batata Atlantic atinge uma produtividade de 600 sacas (35 toneladas) por hectare. Por outro lado, a cultura é exigente em relação à adubação. Enquanto o cultivo de soja utiliza 350 quilos de adubo por hectare, a batata precisa de quatro toneladas de adubo por hectare. “Quando o assunto é a cultura de batata tudo se multiplica por 10”, compara.

Tecnologia

Assim como ocorre em outras culturas, a tecnologia vem cada vez mais ocupando espaço no cultivo de batata. O plantio e a colheita são praticamente todos mecanizados nas áreas de René. “Hoje é mais viável investir e comprar máquinas a contratar mão de obra. A legislação trabalhista complica a vida do produtor”, critica, acrescentando que uma colheitadeira custa no mínimo R\$ 300 mil.

Custo

Pelas contas de René, plantar um hectare de batata exige um investimento de R\$ 25 mil. Na comparação com a soja, por exemplo, esse custo seria de R\$ 1.366,00 por hectare, segundo dados do Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab). Até o fechamento desta matéria, a saca de batata estava cotada a R\$ 62,00 na região de Guarapuava.

A empresa

Para administrar toda a produção, desde o plantio até a comercialização, René conta com uma equipe de 70 funcionários na Bandeira Batatas. “Tenho três equipes: uma para cuidar do plantio, outra para defensivos e tratos da cultura e mais uma para a colheita”, explica. Quando se trata do maquinário, há dois mecânicos que trabalham de domingo a domingo para garantir a manutenção dos equipamentos.

Lavatório

Numa estrutura de 2.000 m², René instalou o lavatório e 40 funcionários trabalham para que as batatas cheguem limpas à mesa do consumidor. Em tempos de colheita, ninguém estranha o hábito dele atravessar o dia, a noite e madrugada no batente.

Quando a reportagem do BI esteve em sua propriedade, dias antes ele tinha 22 horas de trabalho, das 7 da matina de um dia às 5 da madrugada do outro.

A rotina no lavatório começa cedo e em dias de maior movimento não tem hora para terminar. A batata, depois de colhida, chega suja com terra e o processo de lavagem começa com a ajuda de uma mangueira no local. Depois disso, as batatas são encaminhadas a uma esteira onde são lavadas e, em seguida, um time de funcionários seleciona as batatas boas e ruins (descartadas). Na próxima etapa, há uma separação entre as batatas maiores e menores e, depois disso, seguem direto para o ensacamento. René conta que lava em média 3.000 sacas (50 quilos cada) por dia e dali saem diariamente 10 caminhões carregados de batata. A sua meta é expandir para 6.000 mil sacas por dia. “Se formos avaliar esse número daria 600 mil sacas por ano, imagine quantas pessoas podem ser alimentadas com esse volume”, diz.



Curiosidades sobre a batata

- Batata, batatinha, batata inglesa, independente do nome todo mundo sabe o que é batata. Mas você por que ela foi nomeada como batata inglesa por aqui? Com a chegada dos ingleses para a construção das ferrovias, o alimento se popularizou a ponto de ser conhecido como batata inglesa - termo usado até hoje. O Paraná é o terceiro maior produtor de batatas do Brasil (828 mil toneladas/2013).
- A requeima é uma das principais doenças da batateira causada por um fungo. Na segunda metade da década de 1.840, essa praga atacou as plantações de batata na Irlanda e provocou um dos maiores surtos de fome da Europa, matando milhares de irlandeses e muitos acabaram emigrando para outros países. Inclusive, o tataravô materno de Barack Obama, Falmouth Kearney, que migrou da Irlanda para os Estados Unidos por causa da requeima. O presidente americano só descobriu a origem irlandesa da família de sua mãe durante a campanha eleitoral para a presidência americana, em 2008.

Cuidados na escolha da cultivar de milho transgênico

Avaliação técnica da área a ser cultivada ajuda a prevenir gastos extras



O resultado do plantio de milho em duas áreas em Ivaiporã, com sementes Bt

O produtor rural que vai plantar milho transgênico precisa estar atento na hora de comprar as sementes. Antes de adquirir a semente *Bacillus thuringiensis* (Bt) ele precisa saber se a semente continua eficaz para controlar o que promete (ervas daninhas ou insetos), além de conhecer a sua área de plantio e descobrir qual é a praga que atinge esse local. Esse procedimento evita que se pague mais caro por uma semente que é resistente a apenas um determinado tipo de praga, que não ocorre na sua região.

Foi o que aconteceu com o produtor rural e presidente do Sindicato de Ivaiporã, Lourival Roberto da Silva de Góes. Esse ano ele comprou dois tipos de semente transgênica. “Só que uma delas não consegue mais controlar a lagarta e tive que fazer cinco aplicações de inseticidas. O custo das sementes é praticamente igual, por isso o produtor precisa saber que está

pagando caro por um produto que ainda vai lhe trazer mais custo com inseticidas”, afirma.

Góes sugere que o preço das sementes que perderam eficácia no controle a insetos seja reduzido, porém como isso não é fácil, o produtor precisa buscar informações na hora da compra sobre o desempenho do produto. “Me sinto iludido. Comprei um produto que não me rendeu na lavoura o que foi dito na hora da compra da semente e o prejuízo sobrou pro meu bolso”, desabafa.

Para evitar esse tipo de situação o engenheiro-agrônomo e pesquisador/doutor da Embrapa Soja Londrina, Adenei de Freitas Bueno faz um alerta aos produtores: “Fazer uma avaliação técnica da área a ser cultivada ajuda a prevenir gastos extras. Se não, não compensa pagar mais caro por uma semente diferenciada. Uma planta com tecnologia Bt é como um remédio, ela funciona como,

‘mais uma’, ferramenta de controle de pragas, mas o produtor precisa estar ciente de que não é a única”.

Para a engenheira-agrônoma do Departamento Técnico e Econômico da FAEP, Maria Sílvia Cavichia Digiovani, é muito importante que o produtor conheça o resultado a campo da semente que ele pretende comprar, trocando experiências com produtores que já utilizaram essa semente e com seus técnicos de confiança.

Área de refúgio

O pesquisador da Embrapa Soja sugere que o produtor siga alguns passos para definir a compra da semente de milho com tecnologia *Bt*. Depois de definir a semente transgênica ele deve definir a área de refúgio; fazer o Manejo Integrado de Pragas (MIP) e continuar monitorando sua lavoura.

“É preciso que o produtor rural entenda que só a compra de uma semente transgênica, seja ela resistente ao herbicida glifosato (tecnologia Roundup Ready Milho 2) ou a insetos, não garante imunidade total da sua lavoura. É importante que as ações sejam simultâneas e complementares: análise do solo; a escolha da semente mais adequada; plantio da área de refúgio - que separa sua lavoura transgênica de outra não transgênica de seus vizinhos - aliados ao MIP e monitoramento constante”, explica.

O pesquisador reforça a importância do plantio da área de refúgio pelo produtor. Muitas vezes o produtor não faz o refúgio por desconhecer os benefícios que a tecnologia oferece em longo prazo em termos de controle de pragas. Ou ainda por querer ter uma lavoura com um tipo só de semente.

“Mas é na área de refúgio (veja gráfico abaixo) que o processo de seleção dos insetos resistentes acontece. O produtor precisa estar consciente que na área de refúgio ele não pode aplicar um inseticida à base de *Bt*”, finaliza.

Desconto de 30%

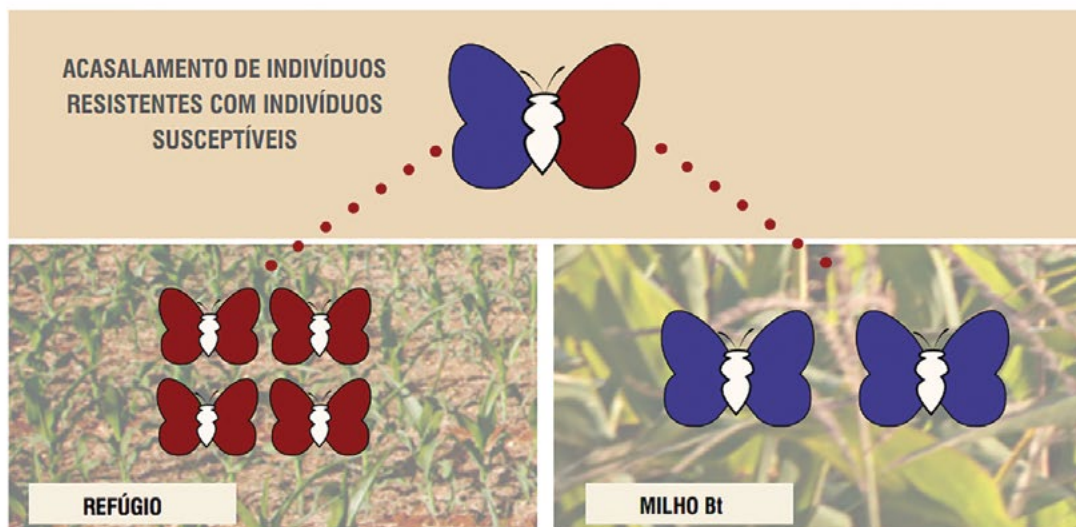
Para estimular o plantio do refúgio da safra 2014/15 de milho, a Monsanto, uma das maiores fabricantes de sementes convencionais e transgênicas tanto no mercado nacional como internacional, está oferecendo um desconto de 30% para o produtor na compra de sementes de milho não-*Bt* (convencionais ou tolerantes ao herbicida glifosato) destinadas ao plantio da área de refúgio para o milho.

Para participar da campanha o produtor rural deve reservar pelo menos 10% da área da cultura do milho para o plantio do refúgio. O desconto de 30% poderá ser solicitado pelo produtor no momento da compra de sementes de milho destinadas a área de refúgio. A campanha é válida para híbridos de milho das marcas Agroeste, Sementes Agroceres e Dekalb com as tecnologias VT PRO, VT PRO2, VT PRO 3 e VT PRO MAX.

De acordo com o Instituto Kleffmann, especializado em informações agrícolas, apenas 20% dos produtores brasileiros adotaram essa prática na cultura do milho na safra passada.

“O plantio do refúgio tem por objetivo manter uma população de lagartas sensível às proteínas *Bt*, ou seja, não resistentes. Com isso, os insetos adultos das pragas que se desenvolverem na área de refúgio vão acasalar com qualquer indivíduo resistente que possa ter sobrevivido ao milho *Bt* e transmitir novamente a suscetibilidade ao *Bt* para as gerações seguintes, assegurando a eficácia da tecnologia no controle das pragas”, explica o gerente de marketing para milho e sorgo da Monsanto, César Barros.

“A preservação e a sustentabilidade das tecnologias de milho dependem do cumprimento das recomendações de Manejo de Resistência de Insetos, que traz o refúgio como principal componente. Além disso, recomendamos outras medidas importantes do Manejo Integrado de Pragas (MIP), como a dessecação antecipada, o monitoramento da área, a rotação de culturas e outras opções de controle”, completa Carvalho.



Com olhos e ouvidos no Cinturão do Milho

O segundo grupo de produtores no oeste dos Estados Unidos

Por Hemely Cardoso | Fotos – Hemely Cardoso e Lucas Hongo Oliveira



Os Estados Unidos e Canadá são novamente o roteiro de produtores rurais e técnicos que participam da viagem técnica promovida pelo Sistema FAEP/SENAR-PR. O segundo grupo liderado pelo diretor secretário, Livaldo Gemin, está seguindo praticamente o mesmo roteiro da primeira turma que retornou ao Paraná no dia 25 de maio, após 14 dias de visitas a propriedades rurais e centros de pesquisa nos dois países. O segundo grupo já percorreu o Oeste americano, passando pelos Estados de Illinois, Missouri e Indiana e encerrará as visitas técnicas no Canadá, em Toronto, nesta semana.

A programação começou no dia 02 de junho na pequena Sycamore, sede do condado de Dekalb em Illinois, localizada no centro do “Corn Belt”, conhecido como o Cinturão do Milho. A maioria dos produtores visitou o país pela primeira vez e se surpreendeu

diante de uma paisagem totalmente plana, solos profundos e ricos em matéria orgânica, além da infraestrutura invejável a qualquer outro país. Por onde passaram, o cenário era o mesmo: planícies repletas de lavouras de milho em desenvolvimento inicial (o plantio terminou no final de maio), casas e galpões em estilo colonial rodeados por extensos gramados sem a proteção dos muros, exatamente como a se vê nos filmes americanos.

Entre uma visita e outra pelos estados americanos, as amplas rodovias, cortadas por linhas de trem paralelas, enchem os olhos dos produtores paranaenses. Por aqui a infraestrutura é moderna e eficiente, uma realidade bem diferente do que ocorre no Brasil. A repórter Hemely Cardoso que acompanha a saga dos produtores pelos dois países e relata o que eles viram.

Dekalb County Farm Bureau

No primeiro dia, o grupo visitou a Dekalb County Farm Bureau, uma instituição que surgiu há 102 anos com a finalidade de melhorar a produtividade do milho no Condado de Dekalb. Porém, ao longo dos anos, se tornou a principal organização agrícola no município com foco na exploração agrícola, questões legislativas e locais, alfabetização agrícola, informação e educação.

A população no condado soma 20.000 habitantes e desse total, 6.200 são associados ao Farm Bureau, sendo 1.600 fazendeiros e 4.600 associados que não são fazendeiros, mas que possuem interesse nos programas de seguro da associação. Segundo o coordenador da Farm Bureau, Doug Dashner, em cada condado nos Estados Unidos há um “Farm Bureau” que se organiza em torno de uma instituição estadual que leva as demandas do setor às políticas nacionais.

Outra alternativa é o escoamento pela ferrovia e pelos terminais do Rio Mississippi ou comercializando localmente ou ainda exportando para o mercado chinês. Uma das estratégias para reduzir esse custo é o aproveitamento do frete de retorno dos containers de produtos manufaturados da China.

Isso significa que o produtor possui seis mercados alternativos para escoar a produção com excelente liquidez e baixo custo logístico, que representa apenas 5% do valor da saca paga ao produtor.

Durante a apresentação, Dashner divulgou um estudo realizado junto a 100 associados que mostra a renda e os gastos das famílias. Em média, cada família do Condado de Dekalb tem como renda das atividades na propriedade US\$ 137 mil. Desse total, US\$ 81 mil são destinados ao pagamento dos custos de manutenção da família e outros US\$ 37 mil são pagos em impostos. Outra fonte alternativa de renda para a família vem do trabalho da esposa fora da



Produção de grãos

No Condado de Dekalb, o plantio de milho atinge 75% das áreas e 25% são destinadas ao cultivo de soja. A oleaginosa perdeu terreno para a primeira cultura porque a produtividade do milho nas últimas décadas teve um crescimento maior que a soja. O cereal é o carro-chefe da agricultura na região.

Além disso, o produtor tem uma vantagem logística de entregar esse milho para as agroindústrias em Chicago ou à indústria de etanol, ambas a uma hora de distância por caminho.

propriedade, como, por exemplo, em atividades administrativas em outras empresas ou como professora. Além de agregar maior renda à família, a empresa paga um plano de seguro de saúde em torno de US\$ 34 mil que se estende para todos os integrantes da família. No balanço geral há uma sobra de US\$ 57 mil para a família.

Quando o assunto é seguro rural, ele explicou que as companhias de seguro são privadas, porém, o governo tem diversos programas com subsídios de 40% a 60% do prêmio (taxa de aquisição de seguro). As taxas de juros de financiamento ao produtor giram em torno de 3% a 4% ao ano e são realizadas em bancos locais.

Competividade

A destinação do milho para a produção de etanol é o mercado em maior crescimento no momento. Atualmente, a gasolina americana possui 10% de etanol e a Farm Bureau está defendendo que passe para 15%. Na avaliação de Dasnher, a maior vantagem competitiva do combustível à base de etanol de milho ocorre em relação à estrutura logística. Nos EUA existem incentivos tributários para a indústria de etanol que geraram um aumento pela demanda e consequentemente um aumento no preço do milho.

Quando questionado pelos produtores paranaenses sobre a principal mudança no cenário da agricultura nos últimos anos, o simpático e bem-humorado Doug Dash respondeu: “Sem dúvida nenhuma é a preocupação que o produtor tem com a inovação em tecnologia. Nossos produtores enxergam isso como principal fator para se manter competitivos na agricultura”.

Educação

Um dos pilares da Farm Bureau é desenvolver mecanismos para fortalecer a imagem do agricultor diante da população urbana. Hoje nos Estados Unidos a população soma mais de 319 milhões de habitantes e, desse total, apenas 2% se concentra na área rural. Por isso, com a contratação de professores voluntários, a instituição está levando o assunto às salas de aula, onde os alunos aprendem sobre a produção de alimentos. Somente em 2013, foram elaboradas 154 eventos em salas de aula com 107 professores, com um be-a-bá sobre a agricultura. “Cada conteúdo é adaptado do nível da classe”.

Outra preocupação da associação é mudar a percepção do produtor em relação ao consumidor final. “O agricultor precisa valorizar o consumidor para adequar a sua produção”.



Cinturões agrícolas dos EUA

As zonas agrícolas dos Estados Unidos são divididas de acordo com os aspectos climáticos, do solo e até mesmo pelas questões históricas da colonização do país. As áreas produtivas foram divididas em três grandes zonas de produção agropecuária: o chamado Green Belt (Cinturão Verde, focado na produção de hortifrutigranjeiros), o Central Belt (Cinturão Central, que se divide em três grandes áreas) e o Oeste, marcado pela pecuária extensiva e pela fruticultura da Califórnia.

A primeira zona é formada por pequenas propriedades ao redor das grandes cidades – a maior área se concentra na região Norte dos Estados Unidos. O Central Belt é subdividido em três cinturões: o Wheat Belt (Cinturão do Trigo), no Norte, o Corn Belt (conhecido pela produção de grãos) e Cotton Belt (Cinturão do Algodão), ao Sul do país.

Indiana, Illinois, Iowa, Ohio, leste do Nebraska e do Kansas, sul de Michigan e do Minnesota e partes do estado de Missouri formam o conhecido Cinturão do Milho “Corn Belt”.



Gás de xisto: herói ou vilão?

Por André Amorim



Maquinário para extração de gás de xisto em propriedade rural nos Estados Unidos

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em novembro do ano passado, ofereceu mediante leilão a possibilidade da exploração do gás de xisto, também conhecido como “shale” gás ou gás de folhelho.

Na ocasião foram arrematados 11 blocos na região Oeste do Paraná pelas empresas Petrobras, Petra Energia, Tucumann Engenharia, Bayar Empreendimentos, Cowan Petróleo e Gás e pela Copel. Além do gás natural, está nos planos destas empresas a

exploração do gás de xisto, como anunciou a Copel em nota à imprensa recentemente.

Mas no último dia 30 de maio, a Procuradoria da República de Cascavel propôs Ação Civil Pública (nº 5005509-18.2014.404.7005) com o objetivo de suspender os efeitos da 12ª Rodada de Licitações realizada pela ANP. Dentre as justificativas do Ministério Público Federal (MPF), em Cascavel para impedir a operação, está a de que a exploração do gás de xisto pelo método de fraturamento hidráulico (fracking) na Bacia do Rio Paraná “atingirá diretamente o Aquífero Guarani, um dos maiores do Brasil e de alcance transnacional, que está em média de 95% concentrado na Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu, rio federal de importância nacional, inclusive para geração de energia elétrica e abastecimento urbano”. O receio do MPF é que o uso do método de fraturamento hidráulico traga consequências indelévels para o meio ambiente, para a economia (de base agrícola) e para a saúde da população.

Em resposta à ação do MPF, o juiz federal Leonardo Cacau La Bradbury, de Cascavel, suspendeu na última quarta-feira (04) os efeitos da licitação da ANP. Na sua decisão, ele ordena que sejam realizados estudos mais aprofundados pelo Ibama, a fim de assegurar a viabilidade ou não da técnica do fracking.

Seus riscos ao ambientais e geológicos levaram mais de três mil pessoas às ruas de Toledo, vizinha de Cascavel, no último dia 03, para protestar contra a exploração do gás de xisto através do fracking. Diversas entidades de defesa do meio ambiente, representantes da igreja e de movimentos sociais reuniram-se em uma caminhada na região central da cidade com objetivo de alertar a população e cobrar um posicionamento das autoridades sobre os riscos da extração do gás de xisto. Em resposta à manifestação, a Petrobras encaminhou aos líderes da manifestação um documento detalhando o processo de exploração do combustível, onde consta um parecer do Ibama recomendando que seja feita uma discussão mais abrangente sobre os possíveis impactos desta tecnologia. Também a Copel se



Protesto contra o fraturamento hidráulico em Toledo (Fotografia: O Paraná)

Entenda o Fracking

O fraturamento hidráulico (fracking) utilizado para a extração do gás de xisto está dividido nas seguintes etapas: exploração sísmica 3D, preparação do terreno, perfuração vertical e horizontal, fratura hidráulica, gestão de resíduos e produção propriamente dita.

Através de ondas sonoras, é possível identificar em 3D a profundidade e a largura das rochas de xisto. Identificado o alvo, o terreno é preparado para acomodar os equipamentos de exploração e produção. A área necessária para alojar as máquinas é de cerca de 2,5 hectares.

O próximo passo é a perfuração vertical (para baixo). De acordo com as características geológicas do Oeste do Paraná, onde estão os blocos licitados pela ANP, a profundidade destas perfurações variam entre 3 mil e 4,5 mil metros. Em média esta operação dura 50 dias. As paredes do poço são revestidas de aço e concreto para impedir o escape de gás e a contaminação de lençóis freáticos.

A partir do poço vertical, são perfuradas sessões horizontais de até 2,5 quilômetros em diversas direções. Através destes dutos horizontais é feito o fraturamento hidráulico propriamente dito, que consiste na injeção de água, produtos químicos e areia sob altíssima pressão para fraturar as rochas de xisto e liberar o gás do seu interior. Após as injeções hidráulicas, a água volta para a superfície onde é armazenada para tratamento.

posicionou sobre este episódio, afirmando em nota que não iniciará a exploração do gás de xisto sem que antes sejam avaliadas todas as questões ambientais pertinentes.

Hoje a maior exploração do gás de xisto no mundo está nos Estados Unidos, onde o shale gás promoveu uma verdadeira revolução energética. Não por acaso, é neste país que estão as empresas que detêm a tecnologia empregada no fracking.

A situação no país norte-americano, no entanto, é diferente das possíveis reservas existentes no Oeste do Paraná. Enquanto lá os folhelhos de xisto estão a 2,5 mil metros de profundidade, aqui eles se situam entre 3 mil e 4,5 mil metros, abaixo dos lençóis freáticos. Além disso, o rendimento médio de hidrocarbonetos no xisto americano varia entre 4% e 8%, enquanto que aqui esse percentual chega, no máximo, a 2%.

Interesse dos produtores

Para acompanhar de perto as possibilidades econômicas e dimensionar corretamente os riscos inerentes à exploração do gás de xisto no Brasil, a FAEP vem buscando informações técnicas e científicas, que deixam de lado tanto promessas econômicas quanto a histeria ambiental, para apresentar aos produtores rurais do Paraná um panorama real desta exploração.

Por conta disso, recentemente, promoveu visitas técnicas a universidades e centros de pesquisa nos Estados Unidos e no Canadá para conhecer de perto a realidade destes dois países na exploração desse combustível. Também tem reunido informações técnicas e ouvido especialistas em solo brasileiro. Nas páginas seguintes você acompanha duas entrevistas com especialistas no assunto. Luiz Fernando Scheibe, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e Paulo Cesar Soares, da Universidade Federal do Paraná (UFPR) ambos geólogos, pós-doutores e grandes conhecedores da questão do gás de xisto.

Entrevista

Paulo Soares

BI - Se o sr. fosse produtor rural e fosse identificado potencial para exploração do gás de xisto na sua propriedade, você permitiria essa exploração?

PS - Depende muito do tipo de propriedade, se for simplesmente uma propriedade de produção, visando resultado financeiro, certamente os royalties do petróleo acabam batendo qualquer tipo de produção por unidade de área ocupada. São dezenas de vezes o valor da produção anual por hectare. A gente verifica isso tanto no Brasil, na produção convencional de gás e óleo, como nos EUA em produção não convencional (gás de xisto).

BI - Quais são os setores que podem utilizar o gás do xisto? As indústrias e usinas que utilizam gás natural teriam que se adaptar para utilizar o gás de xisto?

PS - Não, para aqueles que usam especialmente como fonte de calor nos seus processos, o gás de xisto, que é quase o metano puro, apresenta numa grande vantagem, pois os eventuais poluentes residuais são mínimos.

BI - A ANP em sua resolução nº21/2014 estabelece que a exploração do gás de xisto deve atender “às melhores práticas da indústria do petróleo”, não são atividades distintas? Essa determinação é suficiente para garantir a segurança?

PS - Aqui no Brasil, há um controle muito grande tanto por parte da ANP quanto por parte dos produtores. Temos poucos produtores no Brasil, a grande produtora é a Petrobrás, e ela já tem um compromisso ambiental. Então há um controle muito grande no Brasil, diferente de outros lugares. Além de atender às melhores as práticas da indústria do petróleo, que já são muito rigorosas, essa determinação das ANP de abril, ainda detalha muitos procedimentos a serem desenvolvidos aqui.

Está muito detalhado, muito mais detalhado do que qualquer determinação nos EUA, onde cada Estado faz o seu, além de uma determinação geral da Agência Ambiental Americana.

BI - Quais os obstáculos que o sr. enxerga na exploração do gás do xisto no Brasil?

PS - O obstáculo principal é a qualidade dos folhelhos, ou seja, a quantidade de hidrocarboneto que tem no xisto. Infelizmente, por razões geo-históricas, o Brasil não tem aquele tipo de xisto que tem na América do Norte. Essa é a principal restrição aqui no Brasil. - a

BI - A Copel (companhia de energia do Paraná) anunciou a exploração de gás natural e vai aprofundar estudos para explorar o gás do xisto. Existem dados geológicos confiáveis relacionados à produção de xisto no Brasil?

PS - Nós temos poucos dados. Com exceção da região de Pitanga e Barra Bonita, na região Oeste temos muito pouco, têm dois poços para petróleo apenas. Isso é muito pouco em termos de informação para uma área de 150, 200 mil quilômetros quadrados. Além disso, nós temos uma restrição relativamente severa aqui que são as intrusões magmáticas. Na verdade só um poço feito com objetivo de aproveitar o gás convencional e depois estendido para exploração do gás não-convencional (gás de xisto) é que vai dar a informação.

BI - Nos EUA o proprietário rural é dono do solo e do subsolo, no Brasil, o subsolo pertence à União. Isso não é um empecilho à exploração do gás de xisto ?

PS - De certa forma isso limita as iniciativas particulares, privadas. Por outro lado favorece muito em termos de controle, tanto do tipo de aproveitamento, como dos cuidados e restrições que se deve ter neste tipo de aproveitamento.

Nos EUA, essa característica do dono do solo ser responsável pelo aproveitamento dos seus recursos, fez com que muitos

eventos indesejáveis tivessem ocorrido na fase inicial da exploração do gás de xisto. O produtor simplesmente arrendava sua área para uma empresa, às vezes a área era pequena, mas a empresa se beneficiava dessa área pequena, fazia um poço ao lado em outra área pequena, enquanto que aqui no Brasil não, é um regime de concessão bastante diferente, que facilita bastante o controle tanto do processo de exploração quando de produção.

BI - Quem detém a expertise técnica para a exploração do gás de xisto?

PS - Essencialmente empresas norte-americanas. Hoje existe uma dúzia de empresas que atuam nos EUA. Aqui no Brasil nós temos condições um pouco mais severas, especialmente aqui no Paraná por conta da profundidade dos folhelhos. Com certeza aqui vão ser empresas mais específicas. Deve haver umas quatro, cinco empresas no mundo que fazem essa profundidade de quatro quilômetros. Certamente isso vai ser melhor avaliado daqui pra frente.



Paulo Cesar Soares é geólogo (1967/UFRGS). Tem doutorado em Ciências pela Fac Fil Cie e Let de Rio Claro (1973, hoje Universidade Estadual Paulista) e Pós-Doutorado pela Northwestern University (EUA). É pesquisador convênio UFPR-FUNPAR-Petrobras. Foi consultor em Geologia do Petróleo, Exploração Mineral, análise geoambiental. Tem experiência em vários campos das Geociências, com ênfase em quantificação e Geologia Regional, Bacias sedimentares, exploração mineral, água e petróleo.

Entrevista

Luiz Fernando Scheibe



Luiz Fernando Scheibe é geólogo (1964/UFRGS), tem doutorado em Ciências (Mineralogia e Petrologia) pelo Instituto de Geociências da USP e Pós-Doutorado na Università degli Studi di Roma La Sapienza (Itália). Atualmente é professor titular emérito voluntário da UFSC. Atua na área de Geociências e nos Programas de Pós-Graduação em Geografia e Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, com ênfase em Geoecologia e Hidrogeologia. Coordena em Santa Catarina o projeto Rede Guarani/Serra Geral (www.rgsg.org.br).

BI - Se o sr. fosse produtor rural e fosse identificado potencial para exploração do gás de xisto na sua propriedade, você permitiria essa exploração?

LS - Como os recursos minerais e petróleo e o gás estão no subsolo, que é da União, o proprietário do solo não pode impedir sua extração por quem de direito. No caso do gás de xisto, com autorização da ANP (via licitação que já foi feita) e dos demais órgãos envolvidos, o proprietário do solo deverá ser indenizado por eventuais prejuízos até o valor venal da propriedade, pelos preços de mercado regional da terra, mais benfeitorias, se for o caso. Em caso de acordo, poderá ter direito a receber uma fração do valor do material extraído.

BI - Quais são os setores que podem utilizar o gás do xisto? As indústrias e usinas que utilizam gás natural teriam que se adaptar para utilizar o gás de xisto?

LS - Após separado do fluido do fracking e da água “produzida” do folhelho, o gás de xisto tem essencialmente as mesmas propriedades do gás natural, e pode ser usado da mesma maneira.

BI - A ANP em sua resolução nº 21/2014 estabelece que a exploração do gás de xisto deve atender “as melhores práticas da indústria do petróleo”, não são atividades distintas? Essa determinação é suficiente para garantir a segurança?

LS - Nos Estados Unidos a indústria do gás de xisto foi isenta de diversas obrigações ambientais, e apesar de esforços para cumprir o restante da legislação, há muitos casos constatados de poluição de águas e do ar. Já existem casos de indenização judicial a famílias inteiras por prejuízos à saúde, aos rebanhos e por desvalorização das propriedades. O fraturamento hidráulico é mais complexo do que as práticas convencionais da indústria do petróleo, o que faz pensar que os cuidados ambientais para o gás de xisto deverão ser bem maiores do que aqueles que vêm sendo adotados pela indústria.

BI - Quais os obstáculos que o sr. enxerga na exploração do gás do xisto no Brasil?

LS - As notícias mais recentes (ver, por exemplo, <http://www.theguardian.com/environment/earth-insight/2014/may/22/two-thirds-write-down-us-shale-oil-gas-explodes-fracking-myth>), publicada pelo The Guardian, um jornal liberal da Inglaterra) mostram que o mito da independência energética americana a partir do gás de xisto está desmoronando, e que as em-

presas do ramo do gás de xisto superestimaram grandemente a rentabilidade e, especialmente, as reservas de gás e de óleo que podem ser recuperadas pelo fracking. Ao contrário dos Estados Unidos, que já contava no século passado com centenas de milhares de perfurações e de pesquisas para petróleo, e uma densa malha de gasodutos e oleodutos; e onde foi desenvolvida toda a tecnologia do fraturamento hidráulico, no Brasil temos ainda pouquíssima pesquisa neste assunto. No caso das áreas licitadas no Paraná e São Paulo, apenas uma pequena fração da Formação Ponta Grossa, que seria a rocha matriz do óleo e gás, é que supostamente poderia ser minerada. Mas o teor de carbono orgânico total (TOC) dessa parte do folhelho é três a quatro vezes menor do que o dos folhelhos mais produtores nos EUA. Além disso, as áreas alvo dessa exploração no Brasil são terras férteis e altamente produtivas, ao invés das áreas do Texas e da Pensilvânia onde o fracking mais se expandiu.

A Copel (companhia de energia do Paraná) anunciou a exploração de gás natural e vai aprofundar estudos para explorar o gás de xisto. Existem dados geológicos confiáveis relacionados à produção de xisto no Brasil?

Segundo declarações da própria diretora geral da ANP, Magda Chambriard, o conhecimento geológico sobre o gás de xisto no Brasil ainda é muito incipiente, e não permite falar ainda sobre o mesmo como uma possibilidade concreta.

BI - Quem detém a expertise técnica para a exploração do gás de xisto?

LS - Basicamente, as grandes fornecedoras de tecnologia para as empresas petrolíferas mundiais, multinacionais como a Schlumberger e a Halliburton, que teve como um de seus dirigentes Dick Cheney – depois vice-presidente dos EUA no governo de George Bush.

64 anos depois



“Maracanã” é o nome de um pássaro verde, menor que o papagaio e maior que o periquito, que deu nome a um rio próximo onde se construiu o então maior estádio do mundo, no Rio de Janeiro. A história do estádio começa em 1941, quando o arquiteto Oscar Niemeyer chegou a apresentar dois projetos para o estádio, ambos recusados. Brigas políticas enterraram a ideia de um estádio para a capital, que ressurgiu em 1946, quando o Brasil foi escolhido para sediar a Copa.

Para variar, documentos e relatos da época revelam que uma disputa política seria travada nas obras do Maracanã para a Copa de 50. Carlos Lacerda, líder da oposição, e o prefeito do Rio, Mendes de Moraes, brigavam pelo local da obra, cada qual lutando para ser o pai da obra.

O prefeito queria ao lado do Rio Maracanã e deveria ser oficialmente chamado de “Estádio Mendes de Moraes”. Já Lacerda o queria em Jacarepaguá. Na disputa intensa na Câmara de Vereadores, o prefeito acabou prevalecendo, seu preço aumentou e as obras sofreram importantes atrasos.

Apesar de a construção ter sido iniciada em 1948, há fotos do jogo de inauguração ocorrido apenas uma semana

antes da Copa e que mostravam a presença ainda de andaimes nas arquibancadas no dia 16 de junho de 1950, entre a Seleção Paulista e a Seleção Carioca.

Oito dias depois, a Copa seria aberta no mesmo estádio, o maior da história até então. Para aquele jogo entre Brasil e México, as estruturas de apoio já haviam sido retiradas e o Exército foi convocado para ajudar a limpar a área. Mas, ao chegarem ao estádio, os torcedores se depararam com barro, lama e material de construção espalhado pelo local.

O maior público registrado no Maracanã foi na final da Copa de 1950, em 16 de julho entre Brasil e Uruguai: 199.854 torcedores assistiram à derrota brasileira por 2 a 1. Ninguém gosta de lembrar mas foi o Maracanazo, como os uruguaios passaram a chamar o jogo.

No último dia 28 de maio a empresa de correios do Uruguai lançou, na presença de Alcides Ghiggia, um selo postal intitulado “Maracanazo”, em homenagem ao feito da Celeste Olímpica na Copa do Mundo de 1950. Ghiggia foi o autor do gol que decretou a vitória uruguaia sobre o Brasil no Maracanã e único jogador sobrevivente daquela seleção chamada celeste olímpica, estampa o selo lançado pelo Correio do Uruguai.

O custo

A construção do “primeiro” Maracanã custou o equivalente hoje a R\$ 215 milhões. Após a dramática derrota do Brasil na final, o busto de Mendes de Moraes que havia sido colocado na entrada do estádio foi destruído pelos torcedores. A seleção só entraria em campo dois anos depois do drama de 1950. Com 78.838 lugares, o novo Maracanã oferece inovações que promovem melhor interação entre o público e estádio. Ao final da reforma, o Maracanã ficou com 240 mil m² de área útil. Custou sonoros R\$ 1 bilhão, 350 milhões. Sessenta e quatro anos menos três dias, em 16 de julho, O Maracanã sedia a final da Copa 2014. Com ou sem o Brasil?



Mil anos para se pagar

O estádio Mané Garrincha, propagandeado pelo governo federal e pelo Distrito Federal como um exemplo de sucesso de público e renda, pode levar até cerca de mil anos para recuperar aos cofres do DF o valor investido na obra. A arena teve um resultado operacional de R\$ 1.371.000,00 no primeiro ano de funcionamento -- um período em que o estádio recebeu 30 eventos entre jogos e shows, incluindo uma apresentação da cantora norte-americana Beyoncé e a partida de maior renda na história do Campeonato Brasileiro. O custo total da obra é até agora calculado em R\$ 1,6 bilhão pelo TC-DF (Tribunal de Contas do Distrito Federal). Neste ritmo o estádio irá levar exatos 1.167 anos para recuperar o que custou.



A Taça

Com a valorização do ouro no mercado financeiro, todos os objetos que levam esse metal precioso também sobem em cotação. É o caso, por exemplo, da taça da Copa do Mundo, construída em ouro puro. Pesando 6,5kg, o troféu da Fifa leva 5kg de ouro 18 quilates e malaquita (carbonato de cobre). Produzida pela Bertoni Milano, a taça reproduz duas figuras humanas segurando no alto a Terra. E, para viajar pela África do Sul,

país sede da última Copa, o troféu ganhou uma forração de luxo da Louis Vuitton que custa US\$ 35 mil.

Pelos cálculos do site Luxury Launches, especializado em produtos de luxo, se estivesse à venda a taça custaria US\$ 146.625, o equivalente a R\$ 273.100. Mas como todas as nações em que o futebol ocupa um lugar de destaque, há coisas que não se pode comprar com dinheiro. A taça pertence à Fifa – ou ao Brasil, se ganhar o título e se tornar o primeiro país a conquistar seis campeonatos.



A Bola

O valor da brazuca, a bola oficial da Copa, de tamanho 5, está no valor de R\$ 399,00, na cor branca, noite azul e multicolorida. É feita com um material de alta qualidade no revestimento (poliuretano), no reforço e na câmara para desempenho perfeito em campo. Foi aprovada nos testes da FIFA de peso, absorção de água, preservação de tamanho e formato e uma superfície sem costuras para uma trajetória mais precisa,

Sistema de Gestão Ambiental

IAP e Celepar desenvolvem ferramentas para informações ambientais



O governador Beto Richa apresentou no último dia 03, em Curitiba, o 1º Sistema de Gestão Ambiental (SGA) do Estado do Paraná, com duas novas ferramentas que permitem unificar as informações sobre licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental no Estado. Já estão aptas a funcionar: o Monitoramento online da qualidade da qualidade do ar e o Módulo de Restauração, que mapeia a recomposição florestal do Estado.

O Sistema foi desenvolvido pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e pela Celepar, é pioneiro no país e integra informações do licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental. A ferramenta tem por objetivo estabelecer padrões e facilitar a integração com o setor produtivo e o usuário ambiental. A demora em conseguir licenças para atividades corriqueiras deve diminuir, pois todos os procedimentos poderão ser feitos pela internet, desde o requerimento até o parecer. “É um grande avanço. O novo sistema vai desburocratizar e dar mais transparência e confiabilidade ao nosso trabalho” diz o presidente do IAP, Tarcísio Mossato Pinto. O módulo das licenças ambientais deve estar disponível a partir de agosto.

O presidente da Celepar, Jacson Carvalho Leite, disse que este trabalho faz parte de um conjunto de ações do governo para criar um centro de gestão governamental que concentre informações na rede. “O importante é que colocando as ações do governo em rede conseguimos convergir informações e conhecer as demandas”, disse ele. “Para o meio ambiente, reorganizamos o sistema do IAP e incrementamos novos módulos, com a visão de dar transparência a gestão pública”, completou.

Com esse sistema, a solicitação de licenciamento, autorização ou outorga ambiental só poderá ser aceita com todos os documentos e informações necessárias apresentadas. Se o preenchimento dos dados e/ou o empreendimento estiver com algum ponto fora das normas, leis e padrões ele automaticamente acusa a falha e bloqueia a liberação do documento ambiental necessário.

O módulo do licenciamento ambiental deverá estar disponível para a população em agosto desse ano, assim como a Declaração de Emissão Atmosférica.

Inalterado o Enquadramento Sindical

Volta a valer o artigo 1º do Decreto Lei nº1.166/71 para trabalhador, empresário ou empregador rural



A Fetaep e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Paraná publicaram em seus sites e em outros meios de comunicação que, por decisão do Superior Tribunal de Justiça na ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal, o módulo rural descrito no Decreto Lei nº 1.166/71 não seria mais parâmetro para enquadramento sindical. Assim, o produtor rural poderia optar para qual categoria contribuiria de acordo com os critérios de similaridade e interesse, somente sendo enquadrado como empresário se tivesse empregado rural permanente.

Identificada uma falha processual pela Assessoria Jurídica da FAEP, foi formulado pedido de nulidade à Juíza Federal responsável pelo processo, que o remeteu ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, para decidir sobre o fato.

Aquele Tribunal analisou o pedido e republicou em 23/05/2014 a primeira decisão proferida pelo Tribunal.

Com isso, todos os atos praticados, após a decisão do Tribunal Regional Federal de 02 de setembro de 2009, foram invalidados, incluindo a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a que tanto se referiram Fetaep e Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

Desta forma, foi anulado o trânsito em julgado e o processo voltou a tramitar, estando sujeito a alteração da decisão com os recursos protocolados pela FAEP. Isto significa dizer que o enquadramento sindical permanece tal como disposto no artigo 1º do DL 1.166/71, ou seja:

I - Trabalhador rural:

- a) A pessoa física que presta serviço a empregador rural mediante remuneração de qualquer espécie;
- b) Quem, proprietário ou não, trabalhe individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com ajuda eventual de terceiros;

II - Empresário ou empregador rural:

- a) A pessoa física ou jurídica que, tendo empregado, empreende, a qualquer título, atividade econômica rural;
- b) Quem, proprietário ou não, e mesmo sem empregado, em regime de economia familiar, explore imóvel rural que lhe absorva toda a força de trabalho e lhe garanta a subsistência e progresso social e econômico em área superior a dois módulos rurais da respectiva região;
- c) Os proprietários de mais de um imóvel rural, desde que a soma de suas áreas seja superior a dois módulos rurais da respectiva região.

Por fim, em razão do vencimento da CSR em 22/05/2014, aqueles que por força das informações anteriores foram influenciados a não promover o respectivo pagamento, ou pagar a entidade representativa de outra categoria em desacordo com o DL 1.166/71, devem procurar regularizar sua situação o mais breve possível a fim de evitar aumento de valores sujeito as penalidades legais.

Capacitação CAR

No período de 19 a 30 de maio, a FAEP realizou oficinas a funcionários dos sindicatos rurais, destinadas a prestar informações sobre o Cadastro Ambiental Rural. No total foram 240 funcionários que poderão auxiliar os produtores de suas regiões sobre o CAR. Na foto o último grupo das oficinas, que foram orientadas pela engenheira-agrônoma e especialista em Meio Ambiente, Carla Beck e o engenheiro-florestal, José Hess, ambos do Departamento Técnico e Econômico da FAEP.



Casa em Ordem em União da Vitória

A FAEP em parceria com as Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU), realizou três palestras do Programa Casa em Ordem,

em União da Vitória nos dias 03, 04 e 05 de junho para alunos dos cursos de Agronomia e Veterinária. Também participaram 60 alunos do Programa Empreendedor Rural (PER), que tem como instrutora Caren Kelli Jenczmionki, totalizando mais de 500 participantes. As palestras foram feitas pelo engenheiro-agrônomo e consultor da FAEP Dalton Celeste Rasêra.

A maior preocupação colocada pelos acadêmicos estava relacionada a problemas ambientais. Além de esclarecer dúvidas, os estudantes receberam informações sobre a função social da propriedade e as legislações: Agrária, Tributária, Previdenciária, Trabalhista e Sanitária.

Rasêra falou também do papel do Sistema FAEP, que se coloca a disposição dos produtores rurais para ajudá-los a atender as obrigações legais antes que sejam penalizados. “O desconhecimento das leis, decretos, Instruções Normativas etc.. não justifica o não cumprimento destas obrigações”, disse Rasêra. Desde a sua criação, há 11 anos, já foram realizadas 1.343 palestras do Programa Casa em Ordem. As palestras continuam a ser ofertadas em todas as turmas do PER oferecido pelo SENAR-PR.

Receita lança software para cadastro de imóveis rurais

Um novo aplicativo lançado recentemente pela Receita Federal vai facilitar a vida de quem possui um imóvel rural. O Coletor Web do Cafir (Cadastro de Imóveis Rurais) permite que o usuário envie solicitação de serviços para o Cafir, como inscrição, alteração cadastral, alteração de titularidade por alienação total, cancelamento e reativação de imóvel rural, etc., por meio da internet.

Após o envio, o usuário deverá apresentar, em uma unidade de atendimento da receita, a documentação destinada à comprovação das informações e o recibo emitido no Coletor, chamado Documento de Entrada de Dados Cadastrais do Imóvel Rural (Decir). Os papéis podem ser entregues na agência da receita ou pelos Correios.

O andamento do processo pode ser feito através do próprio aplicativo, usando os números de recibo e de identificação, gerados no pedido.

Projeto que altera Estatuto do Caminhoneiro é aprovado no Senado



O projeto de Lei nº 41/2014, que altera a Lei nº 12.619/2012, conhecida como “Estatuto do Caminhoneiro” foi aprovado no plenário do Senado da República na última terça-feira (03). A medida deverá tornar mais simples o transporte de cargas agropecuárias, trazer equilíbrio para a aplicação da legislação e reduzir os custos do frete. Após a aprovação no Senado a proposta retorna para a Câmara dos Deputados, se aprovada será encaminhada à sanção presidencial.

Até a aprovação na casa legislativa foi um longo processo de discussão e negociação que envolveu setores representativos do agronegócio brasileiro. Uma das novidades presentes no projeto é a possibilidade de o Poder Executivo

regular o transporte de cargas vivas, perecíveis e especiais em longa distância ou mesmo fora do Brasil.

Hoje a legislação em vigor não prevê esta possibilidade. Desta forma, animais vivos e alimentos frescos que trafegam pelas rodovias brasileiras correm o risco de estragar, caso tenham o transporte interrompido para atender à Lei atual.

Com objetivo de evitar perdas e prejuízos, o setor agropecuário defende que esta definição seja específica. Desta forma, o transporte de bovinos ao permitir a concessão de Autorização Especial de Trânsito (AET) para composição de veículos boiadeiros articulados com até 25 metros de comprimento, que têm autorização para transitar em qualquer hora do dia.

Outras medidas previstas no Projeto de Lei referem-se à carga horária do motorista profissional. Sua jornada diária continua sendo de oito horas, com possibilidade de realizar duas horas extras. O texto da Câmara permite ainda que seja decidido em convenção ou acordo coletivo a extensão das horas extras, o que poderia elevar a jornada diária para até 12 horas.

A cada seis horas de direção, o motorista deveriadescansar 30 minutos. Este tempo de intervalo poderá ser fracionado, bem como o tempo de direção, desde que este não exceda cinco horas e meia contínuas ao volante. Hoje o tempo máximo de direção é de quatro horas.

Para que possa haver uma transição fluida para a nova legislação, os primeiros 180 dias de vigência serão meramente informativos, sem punição.

Leitor em foco



Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado do Paraná - CONSECANA-PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 03 - SAFRA 2014/2015

Os Conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 29 de maio de 2014 na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprovam e divulgam o preço do ATR realizado em abril de 2014 e a projeção atualizada do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2014/2015, que passam a vigorar a partir de 01 de junho de 2014. Os preços médios do Kg do ATR, por produto, obtidos no mês de maio de 2014 conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

PREÇO DO ATR REALIZADO EM MAIO 2014 | SAFRA 2014/2015 - PREÇOS EM REAIS À VISTA

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	0,74%	38,38	0,73%	37,14
AME	32,38%	38,95	24,43%	38,95
EAC - ME	1,25%	1.159,52	0,94%	1.159,52
EAC - MI	27,25%	1.479,99	27,91%	1.501,19
EA-of	0,07%	1.606,74	0,09%	1.623,27
EHC - ME	9,08%	1.260,85	6,85%	1.260,85
EHC - MI	28,77%	1.235,12	38,36%	1.289,15
EH-of	0,47%	1.277,26	0,70%	1.324,74

Obs: 1) EAC - ME+MI+of 28,57% 1.466,29 28,94% 1.490,42
EHC - ME+MI+of 38,32% 1.241,73 45,91% 1.285,47

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	0,74%	0,4352	0,73%	0,4211
AME	32,38%	0,4434	24,43%	0,4434
EAC - ME	1,25%	0,4079	0,94%	0,4079
EAC - MI	27,25%	0,5207	27,91%	0,5282
EA-of	0,14%	0,5653	0,09%	0,5711
EHC - ME	9,08%	0,4630	6,85%	0,4630
EHC - MI	28,77%	0,4535	38,36%	0,4733
EH-of	0,47%	0,4690	0,70%	0,4864
Média		0,4688		0,4798

Obs: 1) EAC - ME+MI+of 28,57% 0,5159 28,94% 0,5244
EHC - ME+MI+of 38,32% 0,4559 45,91% 0,4720

PROJEÇÃO DE PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO ESTADO DO PARANÁ SAFRA 2014/2015 - PREÇOS EM REAIS A VISTA

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

Produtos	MIX	Média
AMI	0,88%	35,00
AME	50,74%	41,12
EAC - ME	0,10%	1.159,52
EAC - MI	16,65%	1.327,73
EA-of	0,01%	1.623,27
EHC - ME	0,90%	1.240,43
EHC - MI	30,65%	1.149,59
EH-of	0,07%	1.324,74

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	MIX	Média
AMI	0,88%	0,3968
AME	50,74%	0,4681
EAC - ME	0,10%	0,4079
EAC - MI	16,65%	0,4671
EA-of	0,01%	0,5711
EHC - ME	0,90%	0,4555
EHC - MI	30,65%	0,4221
EH-of	0,07%	0,4864
Média		0,4531

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA R\$/TON 121,9676 Kg ATR

	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	49,48	55,26
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	49,48	55,26

Maringá, 29 de maio de 2014.

ANA THEREZA DA COSTA RIBEIRO | Presidente

PAULO ROBERTO MISQUEVIS | Vice-Presidente

Vem aí um novo El Niño

As condições climáticas ocorridas e tendências nos próximos meses



As precipitações ocorridas no decorrer do mês de maio no Centro-Sul do Brasil, continuaram com o mesmo padrão observado em abril, com uma distribuição muito irregular, concentrando as precipitações em curtos períodos. As chuvas ocorreram principalmente na segunda quinzena do mês, e ficaram abaixo da média, na maior parte da região. Apesar desta distribuição muito irregular, a maior parte da região vem apresentando boas condições hídricas no solo. De uma maneira geral, as condições climáticas tem favorecido o bom desenvolvimento da maioria das lavouras, principalmente as lavouras de milho safrinha no Paraná.

As temperaturas também apresentaram dois padrões diferentes, nos primeiros 15 dias observamos temperaturas acima da média, em todo o Centro-Sul do Brasil, já na segunda quinzena houve quedas acentuadas de temperatura, devido a passagem de massas de ar frio sobre o Sul do Brasil, fazendo com que as temperaturas apresentassem valores abaixo da média para a época do ano.

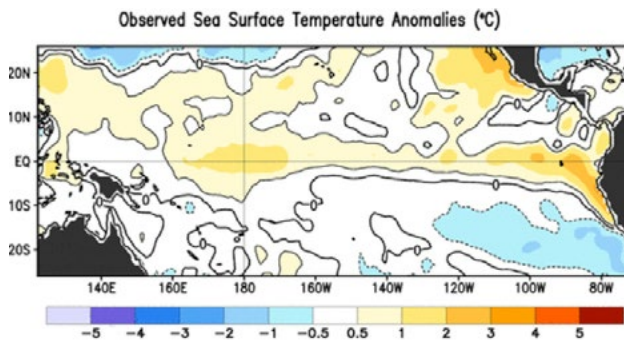
Começamos a observar mudanças nos valores da temperatura das águas da superfície do mar, em relação aos últimos meses. Elas apresentaram valores levemente acima do normal, no Oceano Pacífico Equatorial, passando de condições de “neutralidade” e sinalizando para a evolução de um novo “El Niño”, nos próximos meses. Os modelos de previsão climática, indicam um possível estabelecimento do fenômeno climático “El Niño”, a partir do segundo semestre deste ano.

Com a tendência da volta de um “El Niño” para os próximos meses, os prognósticos indicam que as precipitações, no Centro-Sul do Brasil, devem ficar entre a média e ligeiramente acima da média para os próximos meses.

As temperaturas, que vem apresentando variações bruscas, devem ficar abaixo da média, no Centro-Sul do Brasil, consequência da entrada de massas de ar frio mais intensas, no decorrer dos próximos meses. Devem ocorrer geadas mais significativas, no Centro-Sul do Paraná, no decorrer de junho.

Luiz Renato Lazinski

Meteorologista/ INMET/MAPA



Anomalia da temp. da superfície do mar, semana de 18.05.2014 a 24.05.2014.
(Fonte: CPC/NOAA).

SABÁUDIA



Posse

No dia 08 de maio foi empossada a diretoria eleita do Sindicato Rural de Sabáudia. Foram eleitos: presidente Euclenio Vendrametto Junior; vice-presidente Antônio Sevidanis; secretária Angela D’Agostin e tesoureiro Luiz Gussão.

PONTA GROSSA



Posse

No dia 16 de maio foi empossada a diretoria eleita do Sindicato Rural de Ponta Grossa. O diretor secretário da FAEP Livaldo Gemin participou da cerimônia. Foram eleitos: Gustavo Ribas Netto como presidente; Jussara Salgado Bittencourt, vice-presidente; Alceu Becker, secretário; e Sergio Antônio Sozim como tesoureiro.

PALMAS



Posse

Foi empossada no dia 02 de maio a diretoria eleita do Sindicato Rural de Palmas: Luiz Carlos Bueno de Araújo como presidente; Renato Vargas Gregório vice-presidente; Josemar Bannach Fonseca e Evandro Lara de Araújo como secretários e Wilson Almeida Olivo e Pedro Flavio Reis como tesoueiros.

ORTIGUEIRA



Motosserra

O Sindicato Rural de Ortigueira realizou, nos dias 12 a 16 de maio, o curso Trabalhador na Operação e na Manutenção de Motosserra - corte polivalente de árvores. Participaram seis trabalhadores rurais com o instrutor Roosevelt Mendes Ferreira.

NOVA LONDRINA



Mulher Atual

No dia 22 de maio a turma do Programa Mulher Atual, de Marilena, organizada em uma parceria entre o Sindicato Rural de Nova Londrina, SENAR-PR e Copagra, visita a Usina e Eclusa Engenheiro Sergio Motta (Porto Primavera-SP). A visita teve o objetivo de ampliar o conhecimento e a conscientização das participantes sobre o meio ambiente e descobrir novas fontes de energia renováveis. A instrutora é Patrícia Dagostin.

CASCAVEL



Classificação de grãos

O Sindicato Rural de Cascavel ofereceu de 19 a 24 de maio, em Cascavel, o curso de Trabalhador na Classificação de Produtos de Origem Vegetal - classificação de grãos - milho, soja, trigo e feijão para um grupo de funcionários do Moinho Iguçu. O curso foi ministrado pela instrutora Ivonete Teixeira Rasera.

CHOPINZINHO



Avicultura

A Associação dos Avicultores de Chopinzinho (ASMAC) em parceria com o Sindicato Rural, Secretaria de Agricultura do município e o SENAR-PR capacitou três turmas, num total de 36 trabalhadores com o curso Trabalhador na Avicultura e Manejo de Frango de Corte. As aulas aconteceram em maio com a instrutora Juliana A. Branco dos Santos. O setor avícola ocupa o terceiro lugar do município em importância econômica.

CAMPINA DA LAGOA



Tratorista

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa realizou nos dias 29 e 30 de abril o curso de Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas (tratorista agrícola) - tratorista polivalente – básico. O curso contou com a participação de 10 trabalhadores rurais com o instrutor Jorge Luiz Dias Alves.

Uma simples foto



Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.

Cada nome

Tio Hugo (RS), com 2.724 habitantes, leva o nome de um comerciante que ergueu um providencial posto de gasolina às margens da BR-386.

Doutor Pedrinho (SC) tem 3.228 habitantes, virou distrito em 1948 durante o governo de Aderbal Ramos da Silva, porque ele achou muito justo que se fizesse uma homenagem ao tal Doutor Pedrinho, aliás, seu pai. Em 1988 virou município.

Zé Doca (MA), 50 mil habitantes foi o apelido de José Timóteo Ferreira, que migrou do Ceará para o oeste maranhense em 1958. Foi ele que primeiro povoou a região. Afinal, além de sua mulher e 14 filhos, conduziu mais 10 famílias para o que um dia seria “a metrópole do Alto Turi”.

O maior castelo

É o de Praga, na capital da República Checa. A construção original foi inaugurada por volta do ano 880 pelo príncipe Borijov (842-894), e sofreu várias reformas. A fortaleza ficou bom tempo desabitada até que, a partir de 1483, novas torres de defesa foram adicionadas ao complexo e ao palácio. Hoje é residência oficial do governo checo, com seus 70 mil metros quadrados.



Se a terra parasse de girar

Todas as construções desabariam. E não só os prédios - todas as pessoas, árvores, carros e animais também sairiam voando pela tangente, desabariam sobre a superfície e se quebrariam em pedacinhos. Isso aconteceria por causa de um fenômeno da física chamado inércia dos corpos: tudo que existe na Terra, inclusive o ar, gira junto com o planeta. Por isso, se o globo parasse subitamente de rodar, esses corpos, por inércia, tenderiam a manter sua trajetória com a mesma velocidade.



Vergonha nos pezinhos

As primeiras meias surgiram na Grécia em 600 a.C. Eram uma espécie de sapatos baixos que cobriam os dedos do pé e o calcanhar. Só as mulheres usavam e eram um artigo vergonhoso para o homem. A seda, seu tecido tradicional, encontrou substituto no século XX: o náilon, a primeira fibra sintética. Mas se você quer evitar frieiras, use as de algodão, já ensinava vovó.

Leite Condensado

Fundada na Suíça em 1866, a Nestlé instalou sua primeira fábrica no Brasil em 1921. Mas os primeiros carregamentos de leite condensado chegaram no fim do século XIX, junto com a Farinha Láctea Nestlé. Tinha o nome “Milkmaid”, mas diante da dificuldade para pronunciar o nome, as pessoas pediam “esse leite da moça” devido a estampa de uma jovem suíça no rótulo, e assim surgiu o popular Leite Moça adotado pela empresa.

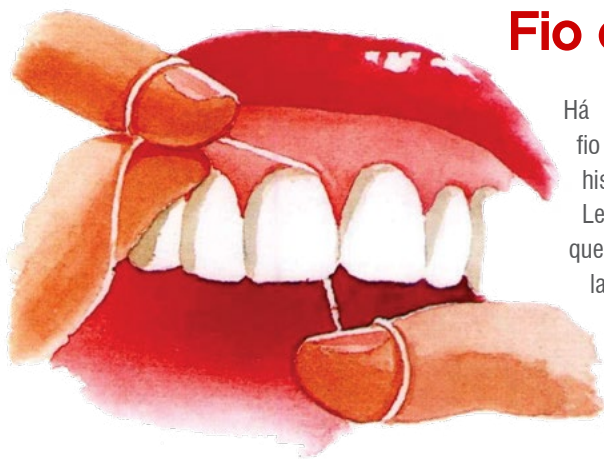


O primeiro

As ligações intercontinentais entre Estados Unidos e Europa se tornaram confiáveis com o lançamento do Telstar (EUA, 1962), o primeiro satélite de comunicação. O Telstar recebia as informações transmitidas por ondas de rádio, e as amplificava antes de mandar de volta a Terra.



Fio dental



Há indícios do uso de fio dental ainda na Pré-história, mas foi o dentista Levi Spear Parmly (EUA) que levou a fama, ao lançar um fio de seda em 1815. O outro fio dental que você está imaginando não tem registro de quem inventou.

Curtas

- O francês Pierre Lesdain foi recebido como herói em São Paulo, em 1908. Pela primeira vez um carro uniu o Rio à capital paulista. A viagem durou 36 dias.
- A abolição da escravidão teve apenas dois artigos: art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil; art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.
- Uma pessoa comum come acidentalmente 430 insetos a cada ano de sua vida enquanto está dormindo. Já contou quantos você engoliu?
- A proposta não foi aceita, mas alguém sugeriu que a bola da Copa fosse chamada de “jaburlamos”.

Garrafa térmica



Em 1892, o químico britânico James Dewar criou um recipiente que reduzia os efeitos do calor externo sobre líquidos. Chamado de “frasco de Dewar”, o invento ganhou o nome comercial de “garrafa térmica”, e nunca foi patenteado. Para Dewar, era um presente à comunidade.

UM IDOSO NA FILA

• Zuenir Ventura

“O senhor aqui é idoso”, gritava a senhora para o guarda, no meio da confusão na porta do Detran apontando com o dedo o tal “senhor”. Como ninguém protesta, o policial abriu o caminho para que o velhinho, enfim, passasse à frente de todo mundo para buscar a sua carteira.

Olhei em volta e procurei com os olhos o velhinho, mas nada. De repente, percebi que o “idoso” que a dama solidária queria proteger do empurra-empurra não era outro senão eu.

Até hoje não me refiz do choque, eu que já tinha me acostumado a vários e traumáticos ritos de passagem para a maturidade: dos 40, quando em crise se entra pela primeira vez nos “enta”; dos 50, quando, deprimido, salto que jamais vai se fazer outros 50 (a gente acha que pode chegar aos 80, mas aos 100?); e dos 60, quando um eufemismo diz que a gente entrou na “terceira

idade”. Nunca passou pela minha cabeça que houvesse uma outra passagem, um outro marco, aos 65 anos. E, muito menos, nunca achei que viesse a ser chamado, tão cedo, de “idoso”, ainda mais numa fila do Detran.

Na hora, tive vontade de pedir à tal senhora que falasse mais baixo. Na verdade, tive vontade mesmo foi de lhe dizer: “idoso é o senhor seu pai”. O que mais irritava era a ausência total de hesitação ou dúvida. Como é que ela tinha tanta certeza? Que ousadia! Quem lhe garantia que eu tinha 65 anos, se nem pediu pra ver minha identidade? E o guarda paspalhão, por que não criou um caso, exigindo prova e documentos? Será que era tão evidente assim?

Subi e a mocinha da mesa de informações apontou para os balcões 15 e 16, onde havia um cartaz avisando: “Gestantes, deficientes físicos e pessoas idosas.” Hesitei um pouco e ela, já impaciente, perguntou: “O senhor não tem mais de 65 anos? Não é idoso?”

— Não, sou gestante — tive vontade de responder, mas percebi que não carregava nenhum sinal aparente de que tinha amamentado ou estava prestes a amamentar alguém. Saí resmungando: “não tenho mais, tenho só 65 anos.” O ridículo, a partir de uma certa idade, é como você fica avaro em matéria de tempo: briga por causa de um mês, de um dia. “Você nasceu no dia 14, eu sou do dia 15”, já ouvi essa discussão.

**Zuenir Ventura é jornalista e escritor e nasceu em 01/06/1931*



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



A versão digital deste informativo está disponível no site:

sistemafaep.org.br